

Migrações internacionais pós segunda guerra mundial:

Dinâmica econômica, exclusão social e incorporação.

Odair da Cruz Paiva

Como citar: PAIVA, Odair da Cruz. Migrações internacionais pós segunda guerra mundial: Dinâmica econômica, exclusão social e incorporação. *In:* POSSAS, Lídia M. V.; SALA, José Blanes (org.). **Novos atores e relações internacionais**. Marília: Oficina Universitária, 2010. p.179-200. DOI: <https://doi.org/10.36311/2010.978-85-7983-065-5.p179-200>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS PÓS
SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: DINÂMICA ECONÔMICA,
EXCLUSÃO SOCIAL E INCORPORAÇÃO.

*Odair da Cruz Paiva*¹

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A partir de 1947, a organização de campos de refugiados na Alemanha, Áustria e Itália - para a agregação de milhares de pessoas dispersas pelo continente - e a posterior inserção destas em diversos países, demonstrou quão complexas as formas da política internacional tenderiam a se constituir a partir da segunda metade do século XX. A constituição de organismos multilaterais de recolocação de trabalhadores, como a Organização Internacional para Refugiados – O.I.R, de financiamento como o Fundo Monetário Internacional e, obviamente, a própria Organização das Nações Unidas, apontaram para que as formas de gestão de questões nacionais – como política de mão-de-obra e econômica - perderiam parte de sua autonomia.

¹ Professor do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas e do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília. Pesquisador do Laboratório de Estudos da Intolerância (LEI) da Universidade de São Paulo (USP) e do Núcleo de Estudos da População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) E-Mail: odairpaiva@marilia.unesp.br

Sucedâneo da O.I.R. o Comitê Intergovernamental para Migrações Europeias (C.I.M.E.) criado em 1951 visou o fomento a processos migratórios oriundos de situações variadas: de migrações de perfil marcadamente *econômico* a fluxos produzidos por conflitos étnicos, políticos e religiosos. Suas atividades objetivavam facilitar na recolocação de famílias e indivíduos que fugiam de perseguições políticas, ideológicas, étnicas e culturais e também a migração de camponeses e trabalhadores urbanos; estes últimos, constituíram parte significativa da mão-de-obra em países que iniciavam processos de industrialização mais intensa, como o caso do Brasil.

Por outro lado, europeus residentes fora da Europa e mesmo imigrantes de outras nacionalidades também contaram com o apoio do CIME para a realocação em seus países de origem ou para uma nova imigração. Estes, particularmente, residiam em zonas de conflitos produzidos por processos de descolonização (África e Ásia) e guerras, como o caso do conflito árabe-israelense nos anos 1960.

No Brasil, a inserção do país no novo cenário internacional apontou para a necessidade de reestruturação dos mecanismos da política imigratória, que, por outro lado, expressava uma nova geopolítica do desenvolvimento do então "mundo capitalista". Para essa reflexão, além dos estudos que trataram da questão dos deslocamentos populacionais no período de forma mais direta, foram consultados documentos² produzidos pelo próprio órgão (estatísticas, pareceres, relatórios, boletins) que tipificam, mapeiam, quantificam e localizam as transformações e tendências dos fluxos migratórios durante o período que abrange o pós-guerra até o final da década de 1970.

² No acervo do Memorial do Imigrante em São Paulo há um volume significativo de documentos que registram a entrada de imigrantes no Estado após a II Guerra Mundial. Num total aproximado de 60.000 documentos, eles correspondem a tipos e formatos variados como: Fichas de Registro na Hospedaria, *Curriculum Vitae*, passaportes, avisos de chamada, estatísticas de deslocamentos populacionais para vários países da África, América e Oceania, relatórios da Secretaria da Agricultura e processos administrativos. De forma geral, representam diferentes etapas da imigração de europeus para São Paulo entre os anos 1947 a 1978.

A ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE REFUGIADOS E A PROBLEMÁTICA DOS DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS NO PÓS SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

A imigração para São Paulo pós II Guerra Mundial e sua relação com o processo de industrialização teve, na década de 1950 e nos acordos firmados entre o governo brasileiro e o C.I.M.E³, sua datação e articulações mais precisas⁴. Há, entretanto, um período imediatamente anterior (1947-1951) no qual os objetivos de uma nova política imigratória no país e as estratégias para sua realização, ainda estavam sendo gestadas.

A entrada de imigrantes em São Paulo a partir de 1947, pode ser considerada como reflexo da retomada da política imigratória após um intermezzo de quase duas décadas. Desde o final dos anos 1920, o refluxo da imigração para o Brasil foi patente. Na década de 1930 esta tendência se manteve, influenciada no plano interno pela política de nacionalização da mão-de-obra empreendida pelo governo Getúlio Vargas e, no plano externo, pela ascensão de regimes de direita em países de longa tradição emigrantista como a Alemanha, Itália, Espanha e Portugal além da crise econômica pós a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque que se estendeu, ao menos, até meados dos anos 1930.

³ Dentre os organismos multilaterais criados para auxiliar o deslocamento de populações pós II Guerra Mundial, destacaram-se a U.N.R.A.A. (Administração de Assistência e Reabilitação das Nações Unidas) entre 1945 e 1947, O.I.R. (Organização Internacional para Refugiados) entre 1947 e 1951 e posteriormente o C.I.M.E. (Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias), a partir de 1951 até a década de 1980. Para informações mais pontuais sobre o C.I.M.E., ver: FULLER, W. G. *O Comitê Internacional para Migrações Européias (CIME) e a Seleção de Mão-de-Obra Estrangeira*. In: CONFERÊNCIA PROMOVIDA EM COMEMORAÇÃO AO X ANIVERSÁRIO DO SESI pela Conselho Nacional das Indústrias e a Divisão de Coordenação do SESI. S/1, out. 1956; SILVA, C. A. de S. O Brasil e os organismos para migrações. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. S/1, 1958.

⁴ O recorte temporal aqui evidenciado relaciona-se também com o início e o término da produção documental sobre a imigração no pós-guerra que está depositada no acervo do Memorial do Imigrante e que percorre os anos 1947-1978. Para um detalhamento dos grupos documentais do acervo do Memorial do Imigrante ver: PAIVA, O. C. *Introdução à história da hospedaria de imigrantes em seus aspectos institucionais e guia do acervo*. São Paulo: Memorial do Imigrante/Museu da Imigração, 2000. V.1. 20 p. (Série Resumos n.6)

Após o término da II Guerra Mundial, uma nova geo-política do desenvolvimento, gestada pelos países capitalistas centrais criou a possibilidade do estabelecimento de companhias multinacionais (principalmente européias e estadunidenses) em várias regiões do globo e, particularmente, na América Latina.⁵ Um novo processo de expansão da economia capitalista teve início após o término do conflito mundial.

Assim, a retomada do processo imigratório pós II Guerra – e no período particular entre 1947-1951- esteve compassada com questões mais amplas ligadas a conflitos e processos de exclusão e intolerância produzidos durante o conflito mundial na Europa e as necessidades de distencionamento social naquele continente. Por outro lado, a imigração de deslocados e refugiados de guerra, apontava para a inserção dos movimentos migratórios na nova configuração econômica que marcaria as relações internacionais no pós guerra e da qual fizeram parte os investimentos em regiões *periféricas* do globo e instalação de companhias multinacionais. No plano interno a imigração representava uma expressão do projeto de transnacionalização da economia brasileira.

IMIGRANTES NO PÓS II GUERRA MUNDIAL E A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

No início dos anos 1940 e mais especificamente entre os anos 1942/3, um panorama favorável à vitória dos aliados na II Guerra Mundial delineava-se, suscitando análises e projeções sobre necessidades em se realocar grandes contingentes de trabalhadores do velho mundo para outras regiões do planeta.⁶

⁵ Em São Paulo, este processo incidiu sobre áreas até então ocupadas por pequenas fábricas, chácaras e olarias que produziam gêneros para o abastecimento da cidade de São Paulo. Regiões próximas à capital como Osasco (oeste), São Miguel Paulista (leste) e a região sudeste – que seria conhecida como ABC - sofreram um novo processo de ocupação e de mudança de sua identidade econômica e transformaram-se nos anos 1950/1960 em áreas de grande concentração industrial.

⁶ Ainda nos anos 1930, surgiu a preocupação com o crescente número de refugiados na Europa e sobre as possibilidades de sua realocação. Segundo dados da Liga das Nações, em 1935 havia aproximadamente 970.000 refugiados na Europa dos quais, a grande maioria era composta por alemães, russos, judeus alemães e republicanos espanhóis. O avanço dos regimes totalitários na Alemanha, Itália e Áustria e a tomada do poder pela direita na Espanha,

O número de refugiados durante a II Guerra Mundial, tanto na Europa quanto no Oriente é bastante controverso. As cifras geralmente variam entre 8 milhões até 70 milhões, dependendo da fonte consultada.⁷ De qualquer forma, houve, durante este conflito, deslocamentos em massa de populações que fugiam do avanço nazista e ao mesmo tempo, um deslocamento forçado, para fazendas e fábricas, que utilizavam pessoas para o trabalho escravo ou sua colocação em campos de concentração.

Após a II Guerra, houve o retorno da grande maioria destas populações para suas regiões de origem; entretanto, dados da O.I.R. apontam que em julho de 1947 havia aproximadamente 700.000 de refugiados na Alemanha e Áustria ocupadas pelas forças aliadas. Destes, a grande maioria não desejava voltar para suas regiões de origem. (PAIVA, 2000). Os trabalhos de triagem e encaminhamento dos refugiados e deslocados de guerra tiveram início em 1947 sob a coordenação da Organização Internacional de Refugiados (O.I.R.) (PAIVA, 2000).

A comissão preparatória da OIR começou a agir em 1 de julho de 1947, dependendo de certas exigências jurídicas para o estabelecimento da agência. Diretamente, passou a cuidar de cerca de 704.000 refugiados e deslocados, a maioria na Alemanha, na Áustria, na Itália e na Europa Oriental e Central, com menores números em outros países da Europa. Incumbiu-se da proteção dos interesses de cerca de 900.000 outros, dos quais 350.000, aproximadamente, se mantinham nas zonas ocupadas e 550.000 – com especialidade os refugiados de antes da guerra – distribuídos por todas as nações da Europa Ocidental. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1950, p. 5).

foram os fatores responsáveis pelo deslocamento de uma população que, de forma compulsória procurou refúgio em países como a França, Inglaterra e Holanda. Ver: TRAFLET, D.R. A. *A study of international movements*. New York: The Ronald Press Company, 1936. *Monthly Summary of the League of Nations*. Sept. A eclosão da II Guerra Mundial contribuiu para elevar sobremaneira número de refugiados e tornar mais dramática a situação destas populações.

⁷ Ole Just faz menção a cifra de 14 milhões de refugiados. Ver: JUST, O. *Au dessus des mers et des frontières. Le grand mouvement migratoire de notre siècle: bases démographiques et économiques de la fédération occidentale*. Rio de Janeiro: Organização Cultural Vida, 1948. Já Estanislau Fischlowitz aponta para a existência entre 60 e 70 milhões de refugiados tanto na Europa quanto na Ásia. Ver: O Problema Internacional das migrações e a paz futura. *Revista de Imigração e Colonização*, Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores. Conselho de Imigração e Colonização, ano 4, n. 4, dez...,1943.

O novo mapa da Europa e a desorganização econômica após o conflito impediam o retorno integral da população às suas localidades de origem, particularmente aquelas oriundas de regiões que passaram para a *órbita* da U.R.S.S. Dessa forma, num primeiro momento, o fluxo emigratório entre os anos 1947-1951 constituiu-se, fundamentalmente, por refugiados e deslocados de guerra que se recusaram a voltar para suas localidades de origem. Eram russos, poloneses, ucranianos, romenos, tchecos, iugoslavos, lituanos e búlgaros. Agências como a U.N.R.A.A. e O I.R. exerceram papel fundamental no processo de repatriação e, principalmente, recolocação desta população.

A administração da O I.R. era composta por um conselho formado de delegados das nações-membros.[...] Com sede em Genebra, Suíça, a O I.R. possuía um quadro de 2.563 funcionários de 38 nacionalidades, estes trabalham em 31 escritórios das zonas ocupadas da Alemanha e Áustria, na Itália, nos países europeus que recebem imigrantes, nas Américas e no Médio e Extremo Oriente. Este quadro era acrescido por 3.156 funcionários recrutados no local das atividades. (FISCHLOWITZ, 1943).

A O.I.R. desenvolveu suas atividades num contexto geopolítico bastante delicado no pós II Guerra Mundial. A questão que *produziu* milhões de pessoas deslocadas tinha origem nos deslocamentos populacionais forçados promovidos durante o conflito que fizeram com que milhares de pessoas fossem obrigadas a deixar suas regiões de origem. Fugas em massa das forças de ocupação e, por outro lado, trabalhos forçados em fazendas e fábricas e reassentamentos, foram práticas comuns de forças de ocupação (principalmente alemãs) durante a guerra.

Findo o conflito - e a quase imediata redefinição das fronteiras na porção centro-oriental do continente europeu - a reincorporação dos antigos habitantes a suas regiões de origem não foi isenta de novas contendas. A incorporação de grande parte do Leste Europeu na órbita geopolítica da União Soviética foi motivo para a recusa de muitos em retornar a seus países e regiões de origem. Criou-se uma situação política delicada, na medida em que, do lado ocidental não se poderia considerar a

presença de poloneses, iugoslavos, húngaros, tchecos, lituanos, russos, ucranianos... como refugiados na medida em que essa categoria melindrava potencialmente as relações com um aliado importante durante o conflito mundial.

A alternativa das forças de ocupação aliadas (britânicas, francesas e estadunidenses) foi a criação de campos de *displaced persons* (deslocados) nos países sob sua administração: Alemanha, Áustria, Itália e Grécia. Nesses campos a alternativa era a imigração. Vários países da América, África, Oceania e Europa, fizeram acordos com a O.I.R e enviaram comissões para seleção dos deslocados. A gestão e coordenação dos trabalhos de administração dos campos e do processo de reassentamento dos deslocados ficou a cargo da O.I.R., cujas atividades cessaram em 1951 quando toda a população residente nos campos havia imigrado.

Até junho de 1949, 418.271 pessoas permaneciam em campos de refugiados na Alemanha e Áustria. Destes, pouco mais de 104 mil eram judeus de diversas nacionalidades, 113.900 eram poloneses, 93.686 eram oriundos da Letônia, Estônia e Lituânia, 60.342 eram ucranianos e 21.271 eram iugoslavos.

Em 1948 foi formada uma comissão mista Brasil - O I.R. (decreto 25.796 de 10-11-1948) a partir da qual o governo brasileiro comprometia-se a receber uma quota de refugiados de guerra, embora o país já os recebesse desde 1947. Um artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo na edição de 5-7-1947 intitulado *A tragédia dos deslocados*, encontramos a informação de que o governo brasileiro intencionava receber cerca de 700.000 refugiados de guerra.⁸ Dados de 1949 demonstram que chegaram ao país pouco mais de 19.000 imigrantes e as cifras até 1951 não apontam mais do que 25.000 imigrantes classificados como refugiados ou deslocados de guerra.

⁸ Artigo assinado por Paul Vanorden Shaw e também publicado na *Revista de Imigração e Colonização*, Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores. Conselho de Imigração e Colonização, ano 8, n. 3, set. de 1947.

Mesmo não cumprindo sua “quota”, o governo brasileiro deu visibilidade à questão da recepção dos refugiados, seja com a publicação de artigos em revistas e boletins como os do Departamento de Imigração e Colonização, ou com matérias veiculadas em jornais. Num deles, denominado *A Elite Esquecida*, há um capítulo cujo título é: *Vantagens econômicas e práticas ao empregar um DP⁹ especializado*. A tônica foi a propaganda sobre o perfil especializado de muitos dos refugiados, e, obviamente, seu potencial de trabalho para os países que quisessem recebê-los. Há uma primeira parte que trata das *biografias* de alguns desses refugiados e sua contribuição nas diversas áreas das ciências, artes e economia em seus respectivos países de origem.¹⁰

O fluxo emigratório provocado após o término do conflito e seu potencial econômico já havia sido identificado desde os primeiros anos da década de 1940.

A presente guerra, como todas as grandes guerras, com o deslocamento dos centros industriais que elas trazem, necessariamente, consigo [...] provocará correntes de migração cujo volume dependerá, em primeiro lugar, mas não exclusivamente, das portas fechadas ou abertas dos países de destino. [...] O centro de gravidade da economia mundial passará, ao que parece, da Europa para a América. [...] Isso não pode ficar sem influência sobre o caráter desse Continente, como, virtualmente, um escoadouro central para a imigração de outros continentes e, em particular, da Europa. (FISCHLOWITZ, 1943).

Nesta avaliação, a absorção dos contingentes egressos da Europa, seria possível na medida em que houvesse uma nova reorganização econômica em nível mundial, e particularmente, no caso do continente americano, uma mudança na vocação econômica de algumas nações. Do ponto de vista político, essa realocação foi considerada fundamental para o distencionamento social e estabilidade política na Europa do pós guerra, dada a

⁹ Abreviação de Displaced Person. Fonte: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *A elite esquecida*. Rio de Janeiro: O.I.R., [20-?].

¹⁰ Dentre as biografias, estão: veterinário, agrônomo, cirurgião, patologista, bacteriologista, farmacêutico, bioquímico, físico, químico, geofísico, astrônomo, arquiteto, engenheiro, agrimensor, professor, etc.

avaliação de que a reconstrução econômica do continente não se realizaria a curto prazo.

As atividades da O.I.R. em São Paulo foram coordenadas pelo Serviço de Imigração e Colonização e logo depois transferidas para o Departamento de Imigração e Colonização. Em São Paulo, estes refugiados ficavam alojados na Hospedaria de Campo Limpo, próxima à Capital, para depois serem encaminhados para o seu local de trabalho. Esta Hospedaria ocupava antigos galpões que serviam de depósito de café e funcionou até o início dos anos 1950. A Hospedaria de Imigrantes, situada no bairro do Brás em São Paulo esteve neste período ocupada pela Escola de Aeronáutica, sendo devolvida à Secretaria da Agricultura somente em 1951.

A partir de 1951, as atividades da O.I.R. foram paulatinamente reduzidas, como reflexo do fim da recolocação dos deslocados de guerra que viviam nos campos de refugiados na Alemanha e na Áustria. Um acordo entre o governo brasileiro e o Comitê Intergovernamental para Migrações Européias (C.I.M.E.) – que substituiu a O.I.R. - manteve o fluxo para o país de uma imigração voltada para a inserção nas atividades industriais.

Na perspectiva deste estudo, procurava-se equacionar a questão dos refugiados da II Guerra Mundial a partir de quatro perspectivas:

- ◆ Em primeiro lugar, a denominação de *Deslocados de Guerra* aos que embora assim fossem considerados em sua origem, eram em realidade, refugiados, dada a negativa que estas pessoas tinham com relação às motivações de caráter político e ideológico com relação a retorno às regiões de origem. Esta foi uma perspectiva para não tencionar ainda mais as relações com a URSS. Considerar estas populações como refugiadas, teria sérias implicações políticas;
- ◆ Em segundo lugar, transformar os *Deslocados de Guerra* em agentes de desenvolvimento econômico como forma de sua rápida absorção em outros países do Ocidente que, como o Brasil, desenvolviam esforços de modernização econômica;

- ◆ Em terceiro lugar, empreender todos os esforços possível para “esvaziar” os campos de refugiados o mais rápido possível. Neste sentido, firmar acordos bilaterais com os países interessados, facilitar o transporte marítimo dessa população e fomentar mecanismos - mesmo que precários - para sua inserção em novos contextos nacionais;
- Em último lugar, e como decorrência das perspectivas anteriores, desconsiderar ou despolitizar ao máximo acordos internacionais anteriores - inclusive elementos do próprio estatuto da OIR - que definiam a condição dos refugiados e que tinham implicações na questão, já debatida na ONU em anos anteriores sobre os Direitos Humanos.

Assim, foi somente após o equacionamento - o que não implica em sua resolução plena - da questão dos *Deslocados de Guerra* é que houve um ambiente político mais favorável para que se começasse no âmbito da ONU os debates que resultariam na criação do ACNUR e no Estatuto dos Refugiados de 1951.

Importante frisar que, a partir dos anos 1950, o país passou a receber também imigrantes oriundos do Japão, apesar das resistências à reabertura da imigração japonesa dentro do Conselho de Imigração e Colonização. A emigração de japoneses no pós-guerra adveio da necessidade de realocar os colonos e ex-soldados que retornam dos territórios ocupados durante a guerra, estimados em 6,3 milhões de pessoas (CEHIB, 1992, p. 381). O Brasil continua nos planos japoneses como destino de emigrantes. Em setembro de 1955 o Japão cria a Empresa de Fomento de Emigração Ultramarina para adquirir terras e fundar colônias, e vender lotes para imigrantes, no Brasil ela é representada pela JAMIC –Imigração e Colonização Ltda. Foi criada também uma instituição denominada Jovens para o Desenvolvimento Industrial para trazer técnicos industriais. Como os europeus, a imigração japonesa no pós-guerra inclui agricultores e também técnicos industriais.

Assim, a partir dos anos 1950 tivemos uma mudança na dinâmica da imigração para São Paulo. Trabalhadores considerados *especializados* foram agregados – durante as décadas de 1950,

1960 e 1970 - como mão-de-obra para o crescente parque industrial paulista. Oriundos principalmente da Europa e Japão, a entrada desses imigrantes nos aponta para uma nova reorganização da Divisão Internacional do Trabalho, na medida em que, para além do fluxo de trabalhadores houve, igualmente, investimentos significativos de companhias estrangeiras em diversos ramos da economia como os setores automobilístico, químico e farmacêutico, siderúrgico e de transportes.

O CIME E DOS DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS

Em fevereiro de 1952 o C.I.M.E. iniciou suas atividades. Ele foi caudatário de muitas das atribuições que, anteriormente estavam a cargo da O.I.R. A criação do C.I.M.E. em 1951 se deu basicamente pela iniciativa dos Estados Unidos e da Bélgica. A Resolução de Bruxelas estabeleceu um Comitê Provisório que começou as suas operações em fevereiro de 1952; este Comitê foi formalizado como CIME em outubro do ano seguinte. Diferentemente da O.I.R, as atividades do CIME procuraram ampliar o espectro dos deslocamentos populacionais para além da questão de *refugiados*. No documento de constituição do CIME, temos:

Artigo 1o.

Os fins e funções do Comitê serão:

(a) tomar medidas para o transporte de emigrantes, para os quais os meios de vida são deficientes e que não poderiam de outra forma ser transportados de países com excesso de população para países ultra-marinhos que oferecem oportunidades para uma imigração ordenada; (b) promover o aumento do volume da emigração da Europa, proporcionando, a pedido e em conformidade com os Governos interessados serviços durante o processo, e recebendo, a primeira colocação e estabelecimentos dos emigrantes que outras organizações internacionais não podem proporcionar e outras facilidades mais condizentes com os fins do Comitê.¹¹

¹¹ Decreto 42.1222 de 21 de Agosto de 1957. Promulga a Constituição do Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias (CIME), adotada em Veneza a 19 de Outubro de 1953. (Em vigor a partir de 03 de Novembro de 1954).

Embora a imigração de *refugiados* tenha constituído parcela significativa dos emigrados sob os auspícios do Comitê, a *migração nacional* teve um peso igualmente significativo em suas atividades. O Comitê desenvolveu programas específicos para as migrações e contou com uma ampla rede de escritórios e funcionários sediados nos países que com ele fizeram acordos. No caso do Brasil, por exemplo, o CIME chegou a ter na década de 1960 escritórios nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre. Estes escritórios faziam os contatos com os órgãos encarregados dos trâmites de entrada dos imigrantes, bem como davam suporte para alojamento e procura de emprego.¹²

Os deslocamentos sob os auspícios do CIME tinham uma relação direta com o novo contexto de desenvolvimento econômico no pós II Guerra Mundial, como afirmado anteriormente. O estabelecimento de empresas multinacionais na América Latina, Oceania e África, reincorporou regiões à nova lógica da expansão capitalista. Concomitantemente, à migração de capitais e empresas seguiu-se à migração de trabalhadores oriundos de áreas com desenvolvimento industrial mais pretérito cuja força de trabalho não era necessária dado o processo de reorganização produtiva da Europa Ocidental no pós Guerra. Assim, o velho binômio exclusão/incorporação, presente nos deslocamentos populacionais desde o século XIX, foi reatualizado com o objetivo de fortalecer os laços de (inter)dependência econômica do mundo capitalista.

Ao mesmo tempo, num contexto marcado pela Guerra Fria, os processos de descolonização e os conflitos localizados no Oriente Médio, África e Ásia apotavam para a necessidade de que os fluxos migratórios tivessem uma conotação não apenas econômica. Assim, o CIME coordenou a recolocação de milhares de *refugiados*, majoritariamente europeus, em seu retorno para a Europa ou dela para outras regiões. Esses deslocamentos

¹² No caso do Estado de São Paulo, o Departamento de Imigração e Colonização (órgão ligado à Secretaria de Estado da Agricultura) e após 1968 o Departamento de Amparo e Integração Social (ligado à Secretaria de Estado da Promoção Social).

populacionais eram cobertos por um contrato envolvendo o migrante, os países de emigração e imigração e em certos casos, uma agência voluntária ou tutor individual. No documento de Constituição do CIME, encontramos:

Capítulo X “Relações com Outras Organizações”

Art 27 § 1

O Comitê cooperará com organizações internacionais, governamentais e não governamentais interessadas na emigração de refugiados. (BOUSCAREN, 1963).

Dentre elas: Entr'aide Ouvrière International; International Catholic Migration Commission; International Rescue Committee; International Social Service; Luthern World Federation; Swiss Aid Abroad; Tolstoy Foundation; United HIAS Service; Catholic Relief Services; National Catholic Welfare Conference; United Ukranian American Relief Committee e World Council of Churches.

Segundo Bouscaren (1963), os programas do CIME para as migrações internacionais de europeus envolviam cinco formas que correspondem meios de transporte (subsidiados ou não) e programas de inserção: 1. Passagem subsidiada (assisted-passage). Transporte de migrantes selecionados por oficiais dos países de recepção, geralmente sob os termos de acordos bilaterais em que o país de emigração estabelece critérios de aceitação; 2. Mão de obra qualificada. Trabalhadores urbanos ou agricultores selecionados pelos países de imigração baseados na qualificação; 3. Reunião familiar ou de dependentes. Parentes ou dependentes chamados por imigrantes suficientemente bem estabelecidos para dar as garantias necessárias para o sustento; 4. Casos individuais. Cidadãos ou refugiados indicados por agências voluntárias para serem encaminhados sob os termos mandato constitucional do CIME para o transporte dos migrantes sem condições para pagar o transporte; 5. Refugiados. Qualificados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados; The United States Escapee Program; The International Refugee Organization; Trust Found e agências voluntárias.

a) *Dados gerais do período 1952-1977*¹³

Os registros acerca dos deslocamentos populacionais sob os auspícios do Comitê incluem basicamente duas categorias: *migração nacional* e *migração de refugiados*. A distribuição destes imigrantes para os *países de imigração* era computada em relatórios mensais, consolidados anualmente. Utilizaremos como fonte para a análise dos deslocamentos promovidos pelo CIME no período, as informações constantes em alguns desses relatórios.¹⁴

Optamos por trabalhar com os dados dos relatórios anuais referentes a três anos: 1967, 1972 e 1977.¹⁵ Essa escolha se explica por se apresentar enquanto uma consolidação das atividades do Comitê após 15, 20 e 25 anos de sua fundação. Em cada um desses relatórios há o consolidado do ano em questão e o acumulado desde fevereiro de 1952. Dessa forma, pudemos traçar uma série histórica da migração sobre os auspícios do Comitê, cujos principais dados apresentamos a seguir.

No período 1952-1977, o CIME deslocou 2.255.764 pessoas. Destes, 982.066 (43,53%) foram classificados como *migração nacional*. O percentual de pessoas deslocadas segundo essa

¹³ Para esta reflexão, serão utilizados basicamente os dados obtidos em dois grupos documentais, a saber: os *Relatórios Mensais do C.I.M.E* e os *Avisos de Chegada de Imigrantes*. O primeiro foi produzido a partir de 1952, detalhando: países de emigração, imigração, status (refugiados ou migração nacional) países de embarque e programas específicos criados pelo Comitê, como o de reassentamento de europeus residentes fora do continente. O segundo grupo detalha elementos específicos da identificação do imigrante como: nome, nacionalidade, origem, destino, profissão, nascimento, programa de imigração, agência de financiamento, etc

¹⁴ Os exemplares desses relatórios, depositados no acervo do Memorial do Imigrante, não representam uma série completa já que os referentes aos anos 1952-1964 não foram, por razão desconhecida, preservados. Entretanto, a partir de 1965 até o ano de 1977 os relatórios mensais e anuais estão disponíveis no acervo. Dessa forma, o registro dos deslocamentos populacionais sob os auspícios do CIME desde 1952, só foi possível por que os relatórios mensais e anuais apresentam os números do período respectivo e também acumulam os dados referentes ao início das atividades do Comitê: 1º. de fevereiro de 1952.

¹⁵ Fonte: 1. Revised Final Report of the number of migrants moved under the auspices of ICEM. Summary: 1 january 31 december 1967 and 1 february 1952 – 31 december 1967. 2) Final Report of the number of migrants moved under the auspices of the ICEM. Summary 1 january 31 december 1972 an 1 february 1952 31 december 1972. 3) Provisional Report of the number of migrants moved under of the auspices of ICEM. Summary 1 january 31 december 1977. Acervo Memorial do Imigrante – SP.

categoria diminui se compararmos com os anos de 1967 e 1977 - que consolidam cada qual, os totais desde 1952. Para estes anos, respectivamente, a *migração nacional* representava: 53,78% e 49,24%. A diminuição de pessoas desta categoria foi compensada com a *migração de refugiados*. Esta passou de 43,53% em 1967 para 56,47% em 1977. Considerando os dados de 1977 - que consolidam o acumulado desde 1952 - a maior parte constituiu-se de refugiados (56,43%), que representa em números absolutos 1.273.698 pessoas.

Entretanto, uma análise mais detalhada sobre a entrada de imigrantes nos países de recepção aponta outros desdobramentos destes mesmos números. Em primeiro lugar, no que se refere a América Latina, a *migração nacional* representou mais de 90% do total das pessoas que imigraram. Os números absolutos para a região no período 1952-1977 apresentam um total de 366.327 imigrantes; destes 330.831 (90,33%) representavam *migração nacional*. Se considerarmos os três países com maior participação na recepção de imigrantes trazidos pelo CIME na região - Brasil, Argentina e Venezuela - a *migração nacional* esteve próxima das médias regionais, respectivamente: 85%, 95,97% e 94,88%.

No caso da Argentina, que recebeu no período 1952-1977, 122.118 imigrantes, a imigração de refugiados representou apenas 4,03% do total. A Venezuela, por seu turno, recebeu 76.554 imigrantes no período e apenas 3.913 refugiados ou 5,12% do total. O Brasil tem um dos percentuais mais altos de entrada de refugiados (15%) de um total de 119.785 imigrantes recebidos no período.

Os percentuais referentes ao Brasil estão muito próximos de países como a Nova Zelândia e África do Sul. Estes receberam no período percentualmente 17,20% e 16,74% de refugiados. Entretanto, os números absolutos são menores do que o caso brasileiro. A Nova Zelândia recebeu 19.778 imigrantes no período, enquanto a África do Sul 33.511. O caso da Austrália é bastante peculiar. Trata-se de um dos países que mais receberam imigrantes por intermédio do CIME no período (632.454 imigrantes) e cujo

percentual de *refugiados*((31,98%) foi bem superior à média latino-americana e a média da Nova Zelândia e África do Sul.

O exemplo australiano é peculiar por representa um divisor entre países cuja *migração nacional* foi expressiva e países cuja migração de *refugiados* foi majoritária; há um *terceiro* bloco de países a considerar quando da análise dos dados apresentados pelos relatórios do CIME. São eles: Estados Unidos, Canadá e Israel. No caso canadense, encontramos a entrada de 217.295 imigrantes no período e um percentual de *refugiados* de 53,34%. Os Estados Unidos receberam 459.352 imigrantes e destes, 92,3% eram *refugiados*. Para Israel, o percentual de imigrantes nesta categoria é de 99,6%, num total de 363.194 imigrantes.

Estados Unidos, Austrália, Israel e Canadá receberam 74,13% do total de imigrantes deslocados sob os auspícios do CIME (*migração nacional* e *migração de refugiados*) o que, em números absolutos representa 1.672.295 pessoas. Se isolarmos o caso dos Estados Unidos e de Israel de todo o conjunto, percebemos que ambos receberam durante o período 785.666 refugiados - ou 61,68% do total desta categoria - e 36.880 imigrantes classificados como *migração nacional* - ou 3,75% do total desta categoria.

Países industrializados (Estados Unidos e Canadá) receberam um percentual maior de *refugiados* enquanto países em vias de desenvolvimento absorveram parcela significativa da *migração nacional*. As exceções são Israel, por razões óbvias e a Austrália, que como afirmado anteriormente, representa um *divisor de águas* entre ambos os conjuntos de países. Em outro estudo (PAIVA; SAKURAI, 2004), estão explicitados elementos que decodificam as linhas gerais da migração nacional promovida pelo CIME para o Brasil e também um exercício comparativo com a migração de japoneses no mesmo período.

Serão apontados a seguir alguns elementos que decodificam a migração de refugiados para o Brasil.

b) Migração de Refugiados

Podemos dividir a migração de refugiados para o Brasil - no período pós II Guerra Mundial - em duas fases: a primeira, como afirmamos anteriormente, está delimitada entre os anos 1947 e 1951 e marca, fundamentalmente, a migração de *deslocados de guerra (DPs)* provenientes dos acordos do Governo Brasileiro com a Organização Internacional de Refugiados (OIR). Segundo dados oficiais, entraram no país cerca de 20.000 imigrantes classificados na categoria de *DPs*. A segunda fase se estende de 1951 até o final dos anos 1970 e coincide com a criação do CIME e a convenção de Genebra (1951) sobre refugiados. Foram selecionados 60 casos dentre os identificados nos trabalhos de informatização do projeto. Nos limites desse artigo, apontaremos a seguir apenas algumas informações gerais sobre o perfil desses refugiados.

A migração de refugiados para o Brasil seguiu as linhas gerais adotadas para a migração nacional, do ponto de vista dos critérios de sua recepção. Em primeiro lugar, tanto os imigrantes inseridos na categoria *migração nacional* quanto os classificados como *refugiados* eram identificados conforme os artigos 9 e 10 do Decreto Lei 7.967 de 18/9/1945. Ambos artigos normatizavam a concessão de visto permanente. A diferença era que o artigo 9 tratava da imigração considerada *expontânea*, cuja prerrogativa básica para a entrada do imigrante era a de possuir um *responsável* por ele no país, que poderia ser pessoa física ou jurídica. Já o artigo 10 versava sobre a *imigração dirigida*, oriunda de acordos com companhias de colonização, empresas e entidades como o CIME. Pelo seu caráter, o artigo 10 ligava-se a uma imigração com objetivos marcadamente econômicos.

A maior parte dos *refugiados* entrava no país pelo artigo 9, mas não exclusivamente por ele. De acordo com a documentação do CIME sobre estes imigrantes, desembarcados nas décadas de 1950 a 1970, podemos classificá-los em duas categorias principais:

- 1) oriundos da Alemanha Oriental e países do Leste Europeu que estavam sob a influência da União Soviética. Casos de imigrantes nascidos em cidades como Ilseburg (RDA) ou

Ulrichschlag (Tchecoslováquia) - para citar dois dos casos pesquisados - apontam que a questão política era determinante para a compreensão de seu *status*. Estes imigrantes tinham inclusive, Berlim Oriental como última residência. Eram católicos romanos, luteranos, otomanos e presbiterianos, compondo assim um *perfil religioso* heterogêneo.

- II) judeus nascidos em países não europeus como: Síria, Líbano e Egito. Os casos pesquisados apontam para uma incidência significativa dessa migração no final dos anos 1960, em razão da guerra de 1967. Programas específicos criados pelo CIME como o *Revolving Fund Ex Lebanon* auxiliavam financeiramente a viagem desses imigrantes. Em número significativo dos casos pesquisados, o perfil familiar é constante. Mesmo quando o imigrante viaja só, era comum a menção de um responsável - ligado por laços de parentesco - no local de destino. Dado esse perfil, a classificação no artigo 9 é mais comum do que no artigo 10. Assim, diferentemente da categoria anterior, o caso dos judeus aponta para os conflitos religiosos e políticos como causas da migração.

Entre 1952 e 1977 adentram, por intermédio do CIME 17.956 *refugiados* no país. Esta cifra foi considerada pequena se comparada com os números globais da imigração para o Brasil, mesmo a da fase posterior à II Guerra Mundial; por essa razão, poucos trabalhos foram dedicados a esse tema, resultando na necessidade de estudos mais centrados no perfil dessa população e de seu papel no contexto geopolítico mundial no período. Se a *migração nacional* tem despertado mais interesse para pesquisas dado a sua relação com o desenvolvimento industrial no país no período, a imigração de refugiados ainda não se coloca enquanto um tema de interesse. Assim, inserida no conjunto da *migração nacional* e, de certa forma, avaliada pelo poder público como uma migração de importância econômica, a migração de refugiados tendeu a *perder-se* num conjunto documental mais amplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do ponto de vista político, a imigração de deslocados e refugiados de guerra para o Brasil no período 1947-1951 representou uma estratégia de apropriação da história do país, particularmente no que se referia à sua tradição de acolhimento ao estrangeiro. Esta releitura de nossa história atribuía ao Brasil características de uma realidade social e econômica de tradição nos processos de recepção e assimilação de estrangeiros e como um lugar de tolerância cultural e política. Ao mesmo tempo, num ambiente internacional marcado por processos de exclusão e intolerância, o país abria suas portas para a absorção de imigrantes com perfil profissional adequado ao esforço de modernização de nossa economia.

A imigração nesse período deve ser analisada, portanto, num contexto no qual, por um lado, os acordos políticos celebrados entre o governo brasileiro e as organizações multilaterais de alocação realizavam-se num ambiente de intolerância política que necessitava ser equacionado. Por outro, as necessidades de reorganização e articulação econômicas do bloco capitalista engendrava um ambiente agregador desses sujeitos. Há que se ressaltar, porém, que a política imigratória não se efetivou a partir de um projeto pronto e definitivo e, por isso, produziu descompassos entre uma história e movimentos de articulação políticos e econômicos gestados no plano internacional e a realidade brasileira.

De fato, a recepção de mão-de-obra qualificada em São Paulo até princípios dos anos 1950 respondeu às necessidades de crescimento econômico apenas no discurso dos técnicos e agentes governamentais inseridos diretamente com a questão da imigração. Na prática, verificamos o oposto. Em vários processos da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, encontramos pedidos de informações sobre as possibilidades de colocação nas indústrias paulistas entre os anos 1945 e 1948. Engenheiros e técnicos dos ramos metalúrgico, elétrico e mecânico de diferentes nacionalidades (franceses, belgas,

italianos e alemães) tiveram seu pedido apenas anotado para posterior contato.

A imigração de trabalhadores qualificados para São Paulo, em seu início, foi motivada, primordialmente, por acordos entre o governo brasileiro e organismos multilaterais, sem considerar a situação do mercado de trabalho naquele momento. As correspondências dos técnicos da Secretaria da Agricultura apontavam para uma realidade diferente da que era anunciada pelo governo brasileiro no que se referia às possibilidades de inserção de trabalhadores imigrantes no país. Esta tensão revelava, na sua presença, uma ausência: o esgotamento do modelo de desenvolvimento engendrado nos anos 1930 e os dilemas da incorporação da economia brasileira no contexto global pós II Guerra Mundial. Economia esta, periférica do ponto de vista de sua relação com os Estados Unidos e a princípio, em menor grau com a economia européia; apresentava-se como mais uma área propensa aos movimentos de expansão e concentração da economia capitalista.

A questão da inserção de imigrantes no Brasil no período era, portanto, complexa e não podia ser resumida à disponibilidade de trabalhadores na Europa e a necessidade de absorção dos mesmos nas indústrias paulistas. As consultas visando informações sobre possibilidades de inserção no mercado de trabalho urbano-industrial – enviadas entre os anos 1945-47 – obtiveram, quando muito, respostas vagas de encaminhamento a possíveis empregadores no Brasil.

A política imigratória representava mais do que uma alternativa para o atendimento das necessidades de modernização do parque industrial. Embora acordos bilaterais de emigração/imigração permanecessem no período como expressão da política imigratória brasileira – particularmente com relação à imigração portuguesa – as realções do governo brasileiro com organismos multilaterais expressaram a inserção necessária da economia de base industrial no país junto a outros governos, organismos de financiamento e capitais transnacionais. A chegada dos *novos*

imigrantes foi resultado de um complexo jogo de interesses que empreendeu um esforço poli-coordenado que auxiliou a expansão da base industrial capitalista nas áreas sob a hegemonia do bloco ocidental.

O período da guerra fria apontou, dentre outros, dois desafios a serem enfrentados na questão dos deslocamentos populacionais. Por um lado, a reorganização da economia capitalista em novas bases: uma nova divisão do trabalho e a conseqüente reestruturação produtiva com a incorporação de novas áreas tanto no circuito da produção de mercadorias quanto para o investimento de capital financeiro. Por outro, a emergência de conflitos mais ou menos localizados, oriundos dos processos de descolonização, contentas religiosas, conflitos no âmbito geo-político entre as grandes potências ou entre os blocos socialista e capitalista, etc.; deles surgiram demandas por deslocamentos e reassentamentos e em muitos casos a produção de uma população refugiada.

A complexidade das questões que envolveram as migrações no período demandavam esforços que transcenderam as políticas migratórias tradicionais. Nessa perspectiva, a imigração para o Brasil no período – coordenada pelo CIME - reeditou permanências como a importância econômica dos fluxos migratórios, mas também inseria o país no novo contexto político e econômico do pós II Guerra Mundial.

Longe do que vimos como um compasso entre o global e o regional, o que permaneceu como legado do pós II Guerra Mundial foi o acirramento dos processos de exclusão e intolerância ao passo que as políticas imigratórias tornaram-se mais restritivas e menos necessárias ao desenvolvimento econômico. Na confluência de ambos, o direito à nacionalidade, ao território, o reconhecimento da cidadania e o amparo do Estado tornaram-se questões cada vez mais complexas no âmbito internacional e agravadas por uma lógica de desenvolvimento econômico global cada vez mais desigual que acirra desigualdades entre o regional e o mundial.